

Com o objetivo de acelerar a investigação de casos de violência contra a mulher e dar uma resposta à sociedade diante do crescente número de denúncias, o Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC) organizou uma força-tarefa e digitalizou 5.446 inquéritos policiais.

Entre os crimes registrados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) constam ameaças, violência física e psicológica. Para dar efetividade ao mutirão, a Justiça acreana desenvolveu o trabalho em parceria com secretarias de Segurança Pública e Assistência Social, entre outros órgãos.

“A grande vantagem é a celeridade processual. Hoje, sabemos onde estão esses inquéritos e como estão fluindo para as varas de proteção da mulher”, explica a desembargadora Eva Evangelista, coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Acre.

A digitalização abrangeu os casos de violência notificados em Rio Branco. A próxima etapa será a conversão para o meio virtual de outros 950 inquéritos abertos na cidade de Cruzeiro do Sul, que ainda tramitam no formato de papel. “A digitalização dos inquéritos foi algo ousado no sentido de que precisávamos conhecer esse acervo processual”, afirma a magistrada.

Medo de fazer a denúncia

A despeito da ação que visa acelerar a análise dos inquéritos e processos, a desembargadora comenta que há grande subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar no interior do Acre, com mulheres indígenas, ribeirinhas e moradoras da zona rural.

A magistrada contou o caso de uma moradora da zona rural que não denunciou a violência física que sofreu, quando o marido mutilou suas partes íntimas e esfaqueou as axilas. A desembargadora disse que o delegado da região somente ficou sabendo das agressões porque uma enfermeira do hospital onde a mulher foi atendida lhe mandou fotos.

Tempos depois, após o retorno da vítima para casa e convívio com o parceiro, o agressor voltou a cometer atrocidades cortando as duas orelhas da mulher. Somente após esse fato, o caso foi notificado, com o agressor sendo preso.

“Muitas mulheres não denunciam por medo. Por isso, nosso trabalho tem que continuar para dotarmos as delegacias especializadas de atendimento à mulher, o Ministério Público e o Poder Judiciário de um sistema integrado”, disse Eva Evangelista.

Formulário de risco

Em agosto, durante a XIII Jornada Maria da Penha, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou o “Formulário de Risco de Violência e de Feminicídio”, com recomendação pelo órgão para que seja adotado por todas as instâncias que lidam com violência doméstica e familiar.

O formulário é composto por 25 perguntas a serem respondidas pela vítima ou pela pessoa que fizer seu atendimento em delegacias e postos de atendimento policial ou hospitalar. O objetivo é extrair o máximo de informações sobre a vítima, o agressor e a infração cometida.

Leia mais: [Formulário de risco e compromisso com a prevenção da violência doméstica](#)

O CNJ recomenda que o formulário seja utilizado pela rede de proteção e atendimento à mulher vítima de violência e pelo Sistema de Justiça, tais como policiais e delegados, defensores públicos, promotores e juízes.

O objetivo é identificar os riscos de novas agressões, de forma a se atuar preventivamente para evitar a escala de violências e feminicídio.

A nova ferramenta passa a fazer parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, instituída pela Resolução CNJ nº 254.

Luciana Otoni
Agência CNJ de Notícias

The post [Justiça do Acre digitaliza inquéritos de violência contra a mulher](#) appeared first on [Portal CNJ](#).

[CNJ](#)